



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

II - Recolhimento do ICMS no percentual equivalente a **8,0% (oito por cento)** do imposto devido;

§ 1º. Quanto ao ICMS diferença de alíquota a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo, somente ocorrerá o recolhimento do imposto, se houver a desincorporação do bem antes de completados 48(quarenta e oito) meses de sua aquisição.

§ 2º. O recolhimento do "ICMS importação" a que se refere à alínea "b" do inciso I deste artigo, dar-se-á no quinto dia útil do sexto mês subsequente, contados a partir da data indicada na Declaração de Importação (DI), com observância dos prazos, percentuais e destinos.

**Art. 3º** - A fruição dos benefícios estatuídos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, discriminados no artigo 2º desta Resolução, refere-se à fabricação dos produtos constante na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, em nível de classe, do seguinte código:

**32.92-2 - Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional**

**Art. 4º** - O benefício fiscal expresso no Art. 2º, se resultar em saldo credor da conta do ICMS a favor da empresa, não implicará em desembolso de qualquer natureza por parte do Tesouro do Estado.

**Art. 5º** - O prazo de duração e de fruição, a que se refere o Artigo 2º desta Resolução será de **10(dez) anos**.


**Art. 6º** - Os benefícios de que tratam esta Resolução poderão ser alterados, em caso de legislação federal, editada posteriormente a esta Resolução, assim o determinar.

**Art. 7º** - Por força do disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal c/c a alínea "a", inciso I do art. 47 da Lei nº 8.212/91, a preservação do benefício fiscal concedido nos termos desta resolução está condicionada à manutenção da regularidade da empresa beneficiada junto à seguridade social.

**Parágrafo único** - Sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 8º da Lei nº 3.140/91, uma vez constatada a irregularidade da empresa beneficiada junto à seguridade social, o seu incentivo fiscal será suspenso ou cancelado por resolução deste Conselho.

**Art. 8º** - Esta Resolução, subordinada à Legislação referida no preâmbulo, entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Estado.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

  
**Eliane Aquino Custódio**  
Vice-Governadora do Estado e Presidente  
do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI.